



Edgar Guimarães  
Ricardo Sampaio

# DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021



- ❏ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- ❏ Fechamento desta edição: 23.11.2021
- ❏ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- ❏ Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- ❏ Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2022 by  
**EDITORA FORENSE LTDA.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- ❏ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- ❏ Capa: Fabricio Vale
- ❏ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

G977d  
Guimarães, Edgar

Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei nº 14.133/2021 / Edgar Guimarães, Ricardo Sampaio. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.  
256 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-65-596-4309-7

1. Brasil. [Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021]. 2. Direito administrativo – Brasil. 3. Contratos administrativos – Brasil. 4. Licitação pública – Legislação – Brasil. I. Sampaio, Ricardo. II. Título.

21-74668

CDU: 342.9(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# Sumário

---

INTRODUÇÃO .....	1
<b>1. ASPECTOS GERAIS .....</b>	<b>3</b>
1.1. Dever de licitar .....	3
1.2. Competência para legislar sobre a matéria.....	7
1.3. Exceções ao dever de licitar.....	11
1.4. Interpretação das normas sobre contratação direta.....	12
1.5. Princípios jurídicos aplicáveis à contratação direta .....	16
1.5.1. Princípio da legalidade .....	18
1.5.2. Princípio da impessoalidade .....	20
1.5.3. Princípios da moralidade e da probidade administrativa .....	21
1.5.4. Princípios da publicidade e da transparência .....	21
1.5.5. Princípios da eficiência, da eficácia e do planejamento .....	22
1.5.6. Princípio da igualdade.....	23
1.5.7. Princípio da razoabilidade.....	24
1.5.8. Princípio da proporcionalidade .....	25
1.5.9. Princípios da economicidade e da competitividade .....	25
1.5.10. Princípio da motivação .....	26
1.5.11. Princípio da boa-fé .....	26
1.5.12. Princípio da segurança jurídica .....	27
1.5.13. Princípio da participação popular.....	28
1.5.14. Princípio da segregação de funções .....	29

1.5.15.	Princípio do interesse público.....	29
1.5.16.	Princípio da celeridade.....	30
1.5.17.	Princípio do desenvolvimento sustentável.....	31
1.5.18.	Princípio do julgamento objetivo.....	31
1.6.	Aplicação do Decreto-lei nº 4.657/1942 (LINDB) .....	32
<b>2.</b>	<b>PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.....</b>	<b>33</b>
2.1.	Formalidades legais.....	35
2.1.1.	Documentos do planejamento da solução a ser contratada.....	37
2.1.2.	Estimativa da despesa .....	41
2.1.3.	Parecer jurídico e pareceres técnicos .....	46
2.1.4.	Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários.....	48
2.1.5.	Requisitos de habilitação e qualificação do contratado.....	50
2.1.6.	Razão da escolha do contratado.....	53
2.1.7.	Justificativa do preço.....	54
2.1.8.	Autorização da autoridade competente.....	56
2.2.	Natureza exemplificativa do rol de documentos.....	60
<b>3.</b>	<b>LICITAÇÃO INEXIGÍVEL.....</b>	<b>63</b>
3.1.	Considerações gerais .....	63
3.2.	Inexigibilidade em razão da exclusividade .....	64
3.2.1.	Alcance da norma.....	65
3.2.2.	Inexigibilidade para bens e serviços .....	65
3.2.3.	Exclusividade do fornecedor <i>versus</i> exclusividade do objeto .....	66
3.2.4.	Comprovação da exclusividade .....	68
3.2.5.	Alcance da condição de exclusividade.....	70
3.2.6.	Exclusividade de marca <i>versus</i> exclusividade de fornecedor.....	71
3.3.	Inexigibilidade para contratação de artista.....	72
3.3.1.	Alcance da norma.....	73

3.3.2.	Consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública.....	74
3.3.3.	Pluralidade de artistas e inviabilidade de competição .....	75
3.3.4.	Contração por meio de empresário exclusivo .....	76
3.3.5.	Publicidade da contratação .....	78
3.4.	Inexigibilidade para contratação de serviços técnicos especializados.....	78
3.4.1.	Alcance da norma.....	79
3.4.2.	Insuficiência da compreensão literal da norma ....	80
3.4.3.	Configuração da notória especialização.....	83
3.4.4.	Vedação à subcontratação .....	85
3.4.5.	Síntese dos requisitos para contratação de serviços técnicos.....	87
3.5.	Inexigibilidade para credenciamento.....	88
3.5.1.	Alcance da norma.....	89
3.5.2.	Definição e cabimento do credenciamento .....	89
3.5.3.	Edital de chamamento público .....	91
3.5.4.	Forma de seleção do credenciado.....	91
3.5.5.	Delimitação de prazo para credenciamento.....	92
3.5.6.	Credenciamento para contratação de passagens aéreas.....	93
3.5.7.	Credenciamento para contratação de leiloeiros....	94
3.6.	Inexigibilidade para aquisição ou locação de imóvel.....	94
3.6.1.	Alcance da norma.....	95
3.6.2.	Dispensa <i>versus</i> inexigibilidade.....	95
3.6.3.	Requisitos legais .....	97
3.6.4.	Dever de licitar <i>versus</i> inexigibilidade.....	100
4.	<b>LICITAÇÃO DISPENSÁVEL .....</b>	<b>101</b>
4.1.	Considerações gerais .....	101
4.2.	Dispensa em razão do valor.....	102
4.2.1.	Alcance da norma.....	103
4.2.2.	Comparativo da Lei nº 14.133/2021 com a Lei nº 8.666/1993.....	104

4.2.3.	Valores limites para consórcios públicos, autarquias e fundações qualificadas como agências executivas.....	105
4.2.4.	Regras sobre fracionamento de despesa .....	107
4.2.5.	Fracionamento de despesa e necessidades supervenientes .....	115
4.2.6.	Ausência de previsão expressa de dispensa em razão do valor para alienações .....	116
4.2.7.	Sistema de dispensa eletrônica.....	119
4.2.8.	Uso de cartão de pagamento .....	126
4.3.	Licitação deserta ou fracassada .....	127
4.3.1.	Alcance da norma.....	128
4.3.2.	Conceito de licitação deserta e de licitação fracassada.....	128
4.3.3.	Requisitos para dispensa .....	129
4.3.3.1.	Impossibilidade de repetir a licitação sem prejuízo .....	130
4.3.3.2.	Cuidados na hipótese de licitação deserta.....	131
4.3.4.	Caráter facultativo da dispensa .....	132
4.3.5.	Licitação fracassada e a nova disciplina para dispensa.....	133
4.4.	Dispensa para compra de bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira .....	134
4.4.1.	Alcance da norma.....	134
4.4.2.	Hipótese de inexigibilidade e não de dispensa ....	135
4.5.	Dispensa para contratação de bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional.....	137
4.5.1.	Alcance da norma.....	137
4.5.2.	Aplicação do art. 75, IV, b, por Estados, Municípios e Distrito Federal .....	138
4.5.3.	Requisitos para dispensa .....	139
4.5.4.	Termos do acordo internacional .....	139
4.6.	Contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento .....	141
4.6.1.	Alcance da norma.....	141

4.6.2.	Limitação de valor.....	142
4.6.3.	Destinação da contratação.....	142
4.6.4.	Aquisição de produtos para pesquisa e desenvolvimento e dispensa de documentos de habilitação.....	143
4.6.5.	Regulamentação específica para obras e serviços de engenharia.....	144
4.7.	Transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso de exploração de criação protegida.....	145
4.7.1.	Alcance da norma.....	145
4.7.2.	Destinatários da norma.....	146
4.7.3.	Requisitos para a dispensa.....	147
4.8.	Aquisição de hortifrutigranjeiros, pães e gêneros perecíveis.....	148
4.8.1.	Alcance da norma.....	148
4.8.2.	Requisitos para a dispensa.....	149
4.9.	Contratação de bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam alta complexidade tecnológica e defesa nacional.....	150
4.9.1.	Alcance da norma.....	150
4.9.2.	Limites para aplicação da norma.....	151
4.10.	Contratação de materiais de uso das Forças Armadas.....	151
4.10.1.	Alcance da norma.....	151
4.10.2.	Requisitos para a dispensa.....	152
4.11.	Contratação de bens e serviços para atendimento dos contingentes militares das forças singulares brasileiras.....	154
4.11.1.	Alcance da norma.....	154
4.11.2.	Origem da norma.....	154
4.11.3.	Requisitos para a dispensa.....	155
4.12.	Contratação de abastecimento ou suprimento de efetivos militares.....	156
4.12.1.	Alcance da norma.....	156
4.12.2.	Pressuposto para a dispensa.....	156
4.12.3.	Requisitos para a dispensa.....	157
4.12.4.	Dispensa em razão do valor.....	158

4.13. Contratação para coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis .....	158
4.13.1. Alcance da norma.....	159
4.13.2. Requisitos para a dispensa.....	159
4.13.3. Dispensa de licitação e a regularidade fiscal.....	160
4.13.4. Pluralidade de associações ou cooperativas.....	161
4.14. Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos .....	161
4.14.1. Alcance da norma.....	162
4.14.2. Requisitos para dispensa .....	162
4.14.3. Conceito de obra de arte e de objeto histórico ...	163
4.15. Contratação de serviços especializados, aquisição ou locação de equipamentos para rastreamento e obtenção de provas.....	164
4.15.1. Alcance da norma.....	164
4.15.2. Requisitos para dispensa .....	165
4.15.3. Flexibilização do princípio da publicidade .....	165
4.15.4. Dispensa <i>versus</i> inexigibilidade.....	166
4.16. Aquisição de medicamentos para tratamento de doenças raras .....	166
4.16.1. Alcance da norma.....	166
4.16.2. Requisitos para dispensa .....	167
4.16.3. Definição de medicamentos para tratamento de doenças raras .....	167
4.17. Contratações para cumprimento da Lei nº 10.973/2004...	168
4.17.1. Alcance da norma.....	168
4.17.2. Delimitação dos objetos a serem contratados.....	170
4.18. Contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional.....	171
4.18.1. Alcance da norma.....	171
4.18.2. Aplicabilidade do dispositivo legal .....	172
4.18.3. Inaplicabilidade do dispositivo legal.....	172
4.18.4. Requisitos para dispensa .....	174

4.19.	Contratação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.....	175
4.19.1.	Alcance da norma.....	175
4.19.2.	Requisitos para dispensa .....	176
4.20.	Contratação nos casos de emergência ou calamidade pública .....	177
4.20.1.	Alcance da norma.....	178
4.20.2.	Pressuposto autorizatório da dispensa.....	178
4.20.3.	Emergência real e potencial .....	179
4.20.4.	Requisitos para a dispensa.....	180
4.20.5.	Calamidade pública e dispensa.....	181
4.20.6.	Definição do objeto do contrato emergencial .....	182
4.20.7.	Vigência e prorrogação do contrato emergencial.....	183
4.20.8.	Contrato emergencial e projeto básico .....	185
4.21.	Contratação de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade da administração pública.....	187
4.21.1.	Alcance da norma.....	187
4.21.2.	Órgão ou entidade integrantes da administração pública criados para esse fim específico .....	187
4.21.3.	Vinculação da contratante e contratada à mesma pessoa política.....	189
4.21.4.	Natureza jurídica da entidade contratada .....	191
4.21.5.	Exceção ao limite temporal da criação de órgão ou entidade a ser contratada .....	193
4.22.	Intervenção da União no domínio econômico .....	194
4.22.1.	Alcance da norma.....	194
4.22.2.	Limites para dispensa quando da intervenção da União para regular preços ou normalizar o abastecimento .....	195
4.23.	Celebração de contrato de programa com ente federativo ou entidade da administração pública indireta.....	196
4.23.1.	Alcance da norma.....	196
4.23.2.	Objeto da contratação .....	196
4.23.3.	Celebração de contrato de programa.....	197

4.24.	Transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS .....	198
4.24.1.	Alcance da norma.....	198
4.24.2.	Requisitos para a dispensa.....	199
4.24.3.	Produtos estratégicos para o SUS .....	199
4.25.	Contratação de profissionais para compor comissão de avaliação de critérios técnicos .....	201
4.25.1.	Alcance da norma.....	201
4.25.2.	Atuação da comissão de avaliação.....	201
4.25.3.	Dispensa <i>versus</i> inexigibilidade.....	203
4.26.	Contratação de associação de pessoas com deficiência....	203
4.26.1.	Alcance da norma.....	204
4.26.2.	Requisitos para dispensa .....	204
4.27.	Contratação de instituição brasileira dedicada às atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional e à recuperação social de preso.....	205
4.27.1.	Alcance da norma.....	206
4.27.2.	Requisitos para a dispensa.....	206
4.27.2.1.	Aspectos da contratada.....	206
4.27.2.2.	Objeto social da instituição contratada.....	208
4.27.3.	Vedação à subcontratação .....	209
4.28.	Contratação de insumos estratégicos para a saúde.....	210
4.28.1.	Alcance da norma.....	210
4.28.2.	Aspectos da contratante .....	211
4.28.3.	Aspectos da contratada.....	211
4.28.4.	Comprovação da adequação do preço .....	211
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>		<b>213</b>
<b>ANEXO – Tabela comparativa do Capítulo VIII (Da contratação direta) da Lei nº 14.133/2021 .....</b>		<b>217</b>